PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ATA Nº. 01/2024

(Plenária Virtual)

Aos vinte nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Extraordinária do Conselho Municipal do Idoso do Município de Porto Alegre, via plataforma Google Meet, sob a Presidência de **ELISIANE ALBUQUERQUE** e **FÁTIMA GICELE ANFLOR ALVES**, com a presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Elisiane Albuquerque, **Asilo Padre Cacique**; Anelise Crippa Silva, **União Brasileira de Educação e Assistência – UBEA**; Eunice da Cunha Luz, **Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idoso da Força Sindical – SINDINAPI**; Leise Fonseca, **Banco de Alimentos do RS**; e Lúcia Helena Bastos Maschke, **Associação dos Ferroviários Sul Rio-grandense – AFSR**; Neli Miotto, **Bancos Sociais do Rio Grande do Sul**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Clésia Ziemann, **Secretaria Municipal da Saúde – SMS**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

FALTAS JUSTIFICADAS:

Maria da Graça Furtado, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; Kátia Fabiane Nunes Machado, **Associação Cristã de Moços do RS - ACM Morro Santana**; e Fátima Gicele Anflor Alves, **Instituto Pró-Saúde – IPS**.

DEMAIS PRESENTES:

Cristina Catarina Fagundes, **Procuradoria Geral do Município**; Rochele Scott Marinho Neves, **SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**; Luciana Tietbohl, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa– TG Taquigrafia**.

Após a conferência de quórum foram iniciados os trabalhos da Ordem do Dia.

- ABERTURA:

- APROVAÇÃO DE ATA E PAUTA;

Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique: Boa tarde, pessoal. Ô, Sônia, pode ir falando do projeto, enquanto a Procuradora não entra.

- CÂMARA DE PROJETOS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

34 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária Municipal da Fazenda:** Então, boa tarde,
35 conselheiros. Temos dois projetos da Câmara de Projetos para apresentar. O primeiro
36 Processo SEI 23.0.000004664-7. Entidade **CONSELHO ESCOLAR PAULO**
37 **FREIRE, CMET PAULO FREIRE.** Projeto Envelhecimento Ativo e Saudável no
38 CMET. Termo de Fomento de Colaboração 2024/2023, Edital 002/2022, Processo SEI
39 22.0.000078994-5. Da Análise: *A OSC encaminhou o Ofício 32/2024, documento*
40 *31195318, onde solicita alteração no projeto, com inclusão de item não previsto. No*
41 *parecer, documento 31276528, a EGESP/UAF/SMDS, gestora de parcerias, é favorável*
42 *à alteração do projeto. O projeto, no entanto, tem como objetivo qualificar os*
43 *ambientes de atendimento aos alunos idosos, propiciando espaços que favoreçam a*
44 *integração social para o envelhecimento ativo e saudável. Então, a solicitação retorna*
45 *ao Conselho para deliberação. Passamos à análise do edital que aprovou o projeto,*
46 *documento 20399429.* Então, ali eu coloquei o que falava o edital do objeto, dos
47 objetivos e dos objetivos específicos: *E nessas ações, então, do parecer desta comissão,*
48 *considerando tratar-se de um edital, considerando que houve uma comissão que*
49 *avaliou os projetos, considerando que o projeto aprovado estava em conformidade com*
50 *o edital, e considerando a alteração no projeto avaliado para o edital, a Câmara de*
51 *Projetos opina pelo indeferimento da solicitação, tendo em vista que não se encontra*
52 *nos objetivos do edital a questão de construção.* O que acontece aqui? A OSC, então,
53 essa Paulo Freire, ela pede uma alteração no projeto e, por isso, que retornou para o
54 Conselho deliberar, só que isso não estava previsto, essa obra que eles querem, que é
55 uma rampa de acesso. Eu não entro no mérito da rampa e eu não entro no mérito da
56 necessidade. A questão é: houve, então, um edital que foi lançado, houve uma comissão
57 que avaliou os projetos dentro do que constava no edital. E, neste caso, a câmara
58 entende que não tem como incluir, porque, daí, tu fere as regras do edital. Então, neste
59 caso, a Câmara opina pelo **INDEFERIMENTO DA SOLICITAÇÃO.** **Elisiane**
60 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Perfeito. Alguma dúvida? Então, vamos colocar
61 em votação. Quem é favorável ao parecer da Câmara de Projetos, favor se manifestar.
62 Acho que ninguém levantou a mão. Alguém contrário? Alguém se absteve? Então, por
63 unanimidade do Conselho foi aprovado o parecer da Câmara de Análise de Projetos.
64 **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER PELO INDEFERIMENTO.**
65 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária Municipal da Fazenda – SMF:** O outro
66 processo é o SEI 24.0.000092228- 1. Entidade SPAAN - **SOCIEDADE PORTO-**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

67 **ALEGRENSE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS.** Projeto Aos Idosos com
68 Carinho, Atenção e Proteção Integral aos Idosos da SPAAN. O valor do projeto, R\$
69 15.150.352,89 e retenção de 5%. A OSC apresenta um projeto novo de captação de
70 recursos junto ao Fundo Municipal do Idoso: *atendimento de 156 pessoas para*
71 *acolhimento e moradia fixa, idosos de ambos os sexos, grau 1, 2 e 3. O objetivo é*
72 *manter o atendimento aos idosos ocupantes das vagas residenciais na ILPI. Ações como*
73 *fornecer moradia, alimentação, assistência médica, atividades de lazer. As despesas*
74 *com seguro residencial e veículo que constam nas despesas de terceiro, ambos deverão*
75 *estar em nome da entidade. E, na informação da ASSETEC, consta que classifica como*
76 *atividade, não vislumbrando vedação, considerando que as operações resultam em*
77 *produto ou serviço necessário para a satisfação de interesse compartilhado pela*
78 *Administração Pública e pela organização da sociedade civil. E também menciona,*
79 *nesse parecer da ASSETEC, a Resolução 19, de 27 de junho de 2012, que refere-se*
80 *exclusivamente à utilização de recursos do Fundo Nacional do Idoso, o que a Câmara*
81 *entende que não é o caso aqui, uma vez que trata-se de Fundo Municipal do Idoso. As*
82 *despesas estão de acordo com o artigo 46 do MROSC, e as despesas informadas no*
83 *quadro abaixo.* Então, seria de recursos humanos, consumo, pessoal, terceiros, outros e
84 permanente. Então, com a retenção de R\$ 757.717,64, o total a ser captado será de R\$
85 15.907.870,52. Em análise ao projeto, a câmara é de **PARECER FAVORÁVEL** à
86 captação de recursos no valor, então, de R\$ 15.907.870,52 e retenção de 5%. O que é só
87 para tirar dúvidas, é que o parecer da ASSETEC entendeu que o projeto se alinha como
88 atividade. Portanto, teria que ser financiado pelo SUAS, só que a câmara entende que
89 não, que, embora tenha toda uma questão, aqui é uma outra questão, então se aprovaria
90 a captação de recurso. Alguma dúvida? **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:**
91 Não, porque o SUAS é a tipificação que está aí, do SUAS, ao qual ela é incluída como
92 acolhimento. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda:**
93 Isso. Por isso que elas entenderam e no parecer mencionam a Resolução 19. Não!
94 Desculpa! Elas fizeram menção à Resolução 19, quanto à utilização dos recursos que os
95 recursos do Fundo Municipal do Idoso teriam que se adequar ao Fundo Nacional. Não,
96 o Fundo Nacional tem uma legislação que é essa Resolução 19 e, portanto, tem um
97 regramento. E o Fundo Municipal do Idoso que nós estamos falando aqui tem o outro
98 regramento. Então, por isso, a gente faz essa desvinculação no parecer da ASSETEC,
99 que eles incluíram. Também nessa questão da ASSETEC elas também trazem essa como

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

100 atividade, então teria que ser pelo SUAS. E aí a gente diz que não, a gente diz ali que a
101 gente não vislumbra vedação. Então, a câmara é de parecer favorável à aprovação do
102 projeto. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Está bom. Alguém tem alguma
103 dúvida? Não? Então, vamos colocar em votação o projeto da OSC SPAAN, Projeto aos
104 Idosos com Carinho, Atenção e Proteção Integral aos Idosos da SPAAN. Quem for
105 favorável, por favor, se manifestar. Todos? Por unanimidade. Alguém se abstém?
106 Alguém é contrário? Então, por unanimidade foi aprovado o projeto. **APROVADO**
107 **POR UNANIMIDADE O PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO.** **Sônia Rejane**
108 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então, a Câmara de
109 Projetos tem esses dois. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Tá, obrigada.
110 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:**
111 Presidente, só faço o registro que encaminhamos ontem aquele processo, onde houve a
112 manifestação do Conselho quanto às transferências, conforme a Procuradoria solicitou a
113 manifestação. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Tá, obrigada, Sônia.
114 Então, hoje a nossa pauta é com a Procuradora e o assunto, por isso que foi pedido uma
115 extraordinária, mas tinha esses dois projetos da Câmara de Projetos, que já estava para
116 ser votado, então nós incluímos.

117 - **ELEIÇÃO DO COMUI – PARTICIPAÇÃO DA PROCURADORA CRISTIANE**
118 **CATARINA FAGUNDES, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM:**
119 Então, hoje a pauta vai ser sobre a eleição. Então, conforme decidimos na última
120 plenária, não vou passar a palavra, tá? Já vou falar de antemão, vai ser o que foi
121 decidido na última plenária. Vai falar, então, eu, a Fátima e a Sônia. E também, nós
122 entendemos que não é necessário fazer a outra eleição, se tiver uma forma do Prefeito
123 fazer um decreto de nomeação, o que seria perfeito para nós. É isso. Alguém quer falar
124 agora? Alguma coisa? Não? Outra questão que nós vamos perguntar para ela foi o
125 questionamento que a Ane trouxe para nós, se a Francine pode retornar posteriormente,
126 depois de todo esse período. Lembrando-os que foi enviado, quando a Fran nos
127 comunicou que iria trocar de instituição, nós convidamos a última suplente, que é a
128 Dona Iara. E hoje ela encaminhou que vai estar no Conselho Municipal da Assistência
129 Social e não vai poder contribuir com o Conselho do Idoso. Então, não vai poder ser
130 uma conselheira do COMUI. Alguém quer falar alguma coisa até ela chegar? Ah, nós
131 queremos parabenizar a Clésia. Parabenizar pelo evento. Parabéns! Estava maravilhoso.
132 Estava muito bom. **Clésia Ziemann, Secretaria Municipal da Saúde – SMS:** Temos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

133 que batalhar os direitos dos idosos. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Isso
134 mesmo. E acredito que tem que ter mais desses. E aí eu só queria te pedir para incluir
135 alguns de nós nessa Comissão do Projeto Híbrido, que a gente não está participando,
136 né? **Clésia Ziemann, Secretaria Municipal da Saúde – SMS:** Tá bom. **Elisiane**
137 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Eu sou suspeita, mas eu acho muito lindo o
138 trabalho das ILPIs, de acolhimento das pessoas necessitadas. Então, para mim, sempre
139 falar de ILPI é muito bom escutar. **Clésia Ziemann, Secretaria Municipal da Saúde –**
140 **SMS:** Tem tanto para a gente trabalhar, tanto que conquistar ainda, né? **Elisiane**
141 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Sim. Temos que mudar a cabeça de algumas
142 pessoas, mas tudo bem. A Doutora Catarina está chegando. Olá, Doutora!. **Cristiane**
143 **Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Tudo bom? Como é
144 que estão? **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Tudo bem. Doutora, nós
145 pedimos, então, essa reunião extraordinária, porque a senhora vai sair de férias, né?
146 **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Isso, isso.
147 Vai ter um colega me substituindo, mas se tiver alguma coisa mais urgente para a gente
148 ver agora, aí nós já vemos. Então, vamos lá. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre**
149 **Cacique:** Então, como já havíamos combinado, nós iríamos falar sobre eleição do
150 COMUI, que a gente já relatou para a senhora todas as nossas dificuldades que estamos
151 enfrentando sem suplente. Então, na última plenária nós tivemos dois momentos:
152 primeiro momento foi a urgência de ter um suplente agora; e no segundo momento nós
153 discutimos e deliberamos sobre quem teria a cadeira no Conselho Municipal da Pessoa
154 Idosa. A primeira decisão ali do Conselho que nós conversamos foi da suplência. E o
155 que nós identificamos? De chamar outra eleição para suplente agora não seria viável.
156 Então, o Conselho decidiu. Mas nós temos uma proposta, daí a senhora que vai nos falar
157 se pode ou não pode: que é o Prefeito fazer um decreto nomeando o suplente dos
158 conselheiros eleitos. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do**
159 **Município – PGM:** Não. Não pode. Não pode fazer decreto para nomear pessoas.
160 Precisa fazer uma escolha, se é para chamar pelo Fórum, como é que são escolhidos?
161 Assim, quer dizer, nós temos um problema de suplentes. Em princípio, se não têm
162 suplentes, não tem previsão estatutária, a gente faz uma construção para que vocês
163 pensassem em chamar o Fórum para a escolha das pessoas, que podiam ser suplentes,
164 em vista da falta de suplentes. Então, tem que chamar o Fórum, tem que fazer uma
165 escolha, né? Mas a escolha tem que estar aberta a indicações, as pessoas que quiserem

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

166 serem indicadas podem se inscrever, e aí se faz uma escolha dentro dos inscritos. Não
167 dá para ficar chamando de um em um, são esses até o final do mandato, uma segunda
168 escolha que vai ser feita. A gente não vai chamar de eleições propriamente dita, mas a
169 gente vai falar sobre uma subsidiariedade de escolha, de inscritos, pelo meio adequado.
170 Mas não tem como pegar e pinçar uma pessoa, chamar essa pessoa e decreto não se usa,
171 decreto é impossível, não se usa para nomear ninguém. Mas, de qualquer forma, o
172 Prefeito não tem esse poder. Se a escolha dos conselheiros é pelo Fórum, é assim que
173 tem que ser feito. Não seria exatamente uma eleição, mas seria uma chamada de
174 suplentes, porque eu vou chamar para suplentes em vista de não existir mais suplentes.
175 Isso é uma construção que a gente consegue fazer, mas tem que ser aberta, tem que ser
176 um edital, quem quiser se inscrever. A escolha vai ser aberta, vai ser por município. Não
177 tem nada a ver com a entidade. A gente já falou sobre isso, né? Então, a gente pode
178 construir uma justificativa para fazer uma escolha aberta, transparente, de novos
179 suplentes, tendo em vista a necessidade. Agora, em princípio, se não tem essa regra, a
180 regra geral é ficar sem suplente até a próxima eleição, tá? Essa seria a regra. O que a
181 gente abre é uma possibilidade de fazer uma escolha de suplentes. Mas essa é a única
182 forma de construir algo que em princípio deveria até ficar como está, entendeu? Em
183 princípio, nem poderia se fazer, porque a eleição já aconteceu. A eleição nomeou os
184 titulares e os suplentes. "Ah, mas não tem mais, desistiram, saíram". Paciência,
185 paciência até a próxima eleição, né? Mas, como a gente também não pode inviabilizar o
186 Conselho, então, a gente pensou nisso, em um edital aberto para chamar os interessados
187 dentro de Porto Alegre, porque não é o Conselho que vai escolher quem é que vai ser a
188 pessoa, são os munícipes de Porto Alegre, que daqui a pouco tem alguém lá em casa que
189 quer ser conselheiro, quer ser suplente. Essa pessoa pode querer. **Elisiane**
190 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Mas daí não seria uma pessoa do Fórum?
191 **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Mas ela
192 tem que participar do Fórum, mas o Fórum é fechado? Não, né? Quem quer. Se eu
193 quiser ir participar do Fórum eu posso, não posso? **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
194 **Secretaria Municipal da Fazenda:** O Fórum é das entidades. **Cristiane Catarina**
195 **Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Não, só um pouquinho. Mas
196 quem é que é escolhido, o Fórum é o lugar onde se escolhe, não é? **Elisiane**
197 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Sim, o Fórum é o lugar. **Cristiane Catarina**
198 **Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** O lugar onde se escolhe, não

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

199 quer dizer que eles escolhem só eles mesmos, né? **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre**
200 **Cacique:** Lá no Fórum são inscritas as entidades que trabalham com pessoas idosas. E
201 tanto o Regimento do COMUI, como o Regimento do Fórum, fala em entidades, fala
202 em instituições que atendam a pessoas idosas. Então, o Regimento do Conselho diz que
203 quem são eleitas pelo Fórum são entidades. E as entidades que indicam os seus titulares
204 e suplentes. Não foi feito desta forma, tá? Foi feito da forma como munícipes. Então,
205 nós usamos os munícipes que estão dentro do Fórum, que têm presença no Fórum, que
206 estão sempre lutando pela pauta da pessoa idosa. **Cristiane Catarina Fagundes,**
207 **Procuradoria Geral do Município – PGM:** Tá, mas olha só. A lei diz que são eleitos
208 pela Assembleia do Fórum, não diz que são eleitos pelos membros do próprio Fórum. A
209 lei diz assim: "eleitos por uma assembleia que o Fórum realiza". Isso não quer dizer
210 eleitos dentre aqueles que são do próprio Fórum. Esse Fórum tem que ser aberto, essa
211 assembleia tem que fazer um edital para quem quiser se inscrever, qualquer um. Não
212 pode ser fechado só para quem é do Fórum. E se for necessidade estar no Fórum, então,
213 tem que ser aberta a inscrição. Eu quero me inscrever para eu participar do Fórum. Eu
214 tenho que poder, não tem como não, não tem como impedir uma pessoa de fora de
215 participar. Entendeu? O Fórum é das entidades, ok? Só que qualquer um pode participar
216 do Fórum a qualquer momento. Se criar uma regra que são só os integrantes do Fórum,
217 tem que ser aberto para qualquer munícipe do Fórum. **Elisiane Albuquerque, Asilo**
218 **Padre Cacique:** Não. O Regimento do Fórum não permite também. **Cristiane**
219 **Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Sim, mas é a lei. O
220 Regimento do Fórum, não interessa em relação à lei, né? A lei é que diz. **Elisiane**
221 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** O Regimento do Fórum também fala que são
222 OSCs inscritas, OSCs que trabalham com pessoas idosas. **Cristiane Catarina**
223 **Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Não, não tenho dúvida que
224 tenha que ser com pessoas idosas, mas certamente existem mais de 20 ou 30 entidades
225 de idosos em Porto Alegre. Tem muito mais que isso. Se uma delas quiser participar, ela
226 pode participar. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** O Fórum tem mais de 80
227 entidades. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:**
228 Mas deve ter mais de 80. O Fórum não pode ser com todos, se ele tem 80, não deve ter
229 80 no Município, deve ter muito mais de 80. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre**
230 **Cacique:** Com certeza. Mas não estão regularizadas. Não fizeram suas inscrições no
231 Conselho. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

232 Tá, mas se ele quiser se inscrever, é só chegar lá e se inscrever. Não tem como impedir a
233 inscrição de outros. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Não, não tem como
234 impedir isso. O único critério do Fórum é que tem que ser registrada no COMUI.
235 **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Está bem,
236 mas então tem que dar tempo. Olha só, tem duas alternativas. Quando abre a escolha, se
237 disser que são só os membros do Fórum que podem se candidatar, antes disso, tem que
238 abrir um prazo aberto a todas as entidades que quiserem se inscrever no Conselho para
239 fins de pleitear lá na eleição do Fórum, com prazo hábil. Então, se começa no dia 15 de
240 dezembro as inscrições para escolha no Fórum, tem que ser muito antes disso, um edital
241 dizendo: "Olha, se inscrevam no Conselho, porque para se inscrever no Conselho vai
242 poder, então, participar do Fórum". Agora, se não for dessa forma, então, qualquer um
243 pode na Assembleia do Fórum pleitear sua candidatura. Ela não precisa ser do Fórum,
244 eu não posso criar esse fechamento e dizer: "Ah, a pessoa tem que ser do Fórum para
245 poder se candidatar". **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Mas eu também
246 não posso pegar pessoas que são descomprometidas com a causa. **Cristiane Catarina**
247 **Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Não, claro que não, mas tem
248 que dar um prazo para os comprometidos se inscreverem. **Sônia Rejane dos Santos**
249 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tá, mas o que acontece? É que a
250 gente já sabe, e já é pacificado que tem um descompasso, vamos chamar assim, entre a
251 lei e o regimento. Para o munícipe ser votado, ele tem que estar vinculado a uma OSC,
252 pelo regimento. No Regimento do COMUI ele diz que após a eleição, os 10 membros,
253 as 10 entidades, mais votadas indicarão formalmente ao COMUI e ao Fórum, com seus
254 representantes titulares e suplentes. Então, o que o Pleno do Conselho entendeu neste
255 momento? Que é inviável fazer essa chamada, por uma série de questões, enfim, e que a
256 gente entende que nesse momento não é. Como o regimento dá essa brecha de que haja
257 esta nomeação do suplente e considerando que, neste momento, nós temos essas
258 negativas de duas OSCs, se não me falha a memória, e tem trabalho para todos, é essa
259 abertura que, neste momento, vamos supor, o Asilo Padre Cacique tem a Elisiane, que
260 foi votada, e apresenta um suplente, para que a gente possa trabalhar. É óbvio e claro
261 que esse suplente não terá votação, mas ele possa trabalhar, quando a Elisiane hoje, por
262 exemplo, tem uma agenda ou saiu de férias, aquele suplente dá o atendimento. A
263 votação a gente vai aguardar a Elisiane chegar e assim sucessivamente para que, pelo
264 menos, a gente consiga dar vazão aos processos que a gente tem neste momento. Esta é

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

265 a solução que o Pleno vem pedir. E fazendo, na sequência, caso determinado, a
266 atualização da legislação para que ela converse: a lei, o regimento e o decreto, para que
267 eles conversem e tenham a mesma leitura. Então, para que a gente trabalhe pelo menos
268 até o meio do semestre ou um pouco antes do semestre de 25, e aí a gente vai trabalhar,
269 a gente já está com um grupo organizado para nós trabalharmos e fazer o alinhamento
270 da lei, do decreto e do regimento. Então, é nessa linha que a gente precisa desse
271 alinhamento com a senhora, de que o Conselho possa trabalhar. **Cristiane Catarina**
272 **Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Sim, eu entendi perfeitamente,
273 Sônia. Elisiane, eu entendi perfeitamente, só que ela é ilegal. Eu não posso dizer
274 diferente para vocês. Não pode. O que adianta, vocês podem ter escolhido isso, mas
275 assim, primeiro, o conceito de suplente é aquele que supre, é aquele que substitui. Eu
276 não posso dizer que o suplente faz umas coisas e não faz outra. Ele olha o processo,
277 decide o processo, mas não vota o processo? Isso não existe. Ou a pessoa é suplente, ou
278 não é suplente, tá? Então, assim, só uma questão de conceito de suplente. Então, o
279 suplente é suplente, ele entra para fazer tudo quando o titular não está. Segundo, para
280 escolha de suplente, mesmo essa de suprir os problemas pontuais, ela tem que ser fruto
281 de uma escolha aberta, pública. Não pode ser um próprio conselheiro que escolhe
282 aleatoriamente um nome de pessoa. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
283 **Municipal da Fazenda – SMF:** Não, mas não é o conselheiro, que fique claro isso. Se
284 não me falha a memória, hoje o Fórum é de OSCs. As OSCs têm que estar registradas
285 no COMUI. Para que as OSCs tenham, tem que ter um percentual de frequência, eles
286 têm que ter um atestado de frequência ao Fórum. Então, não é qualquer munícipe e não
287 é qualquer OSC que vai estar. Quando tu te referes a esse “aberto”, não, não é. O Fórum
288 tem o regramento que tem que ter um percentual “x” de participação no Fórum, para
289 que essa OSC possa se candidatar, para que essa OSC possa ter legitimidade de
290 informar. E o munícipe tem que estar vinculado a uma OSC. **Cristiane Catarina**
291 **Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Tem alguém do Fórum aqui
292 presente? **Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde – IPS:** Todas nós somos
293 do Fórum. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:**
294 Então, é só o Fórum escolher. Qual é o problema? **Fátima Gicele Anflor Alves,**
295 **Instituto Pró-Saúde – IPS:** Me surgiu uma dúvida: essa alternativa proposta para fazer
296 uma chamada dentro do Fórum, isso também, onde é que está isso na lei? Porque
297 quando a gente for para chamar o Fórum, a gente vai ser questionado sobre isso: sob

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

298 qual embasamento legal a gente está fazendo um chamamento para eleger suplentes?

299 **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Está na lei

300 444. Está na lei que fala de como vão ser feitas as escolhas. Daí diz lá como que vai ser

301 feita a escolha dos conselheiros, por representantes das entidades, eleitos por assembleia

302 do Fórum Municipal do Idoso, está escrito na lei. **Fátima Gicele Anflor Alves,**

303 **Instituto Pró-Saúde – IPS:** Tá, mas eu estou falando dos suplentes. **Cristiane**

304 **Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Sim, mas os

305 suplentes são conselheiros, eles são conselheiros suplentes. O suplente ele vai se tornar

306 um conselheiro quando o titular sair. Então, o suplente não é uma coisa fora do que é

307 um conselheiro. Por quê? Porque ele escolhe os conselheiros e os suplentes. Por quê?

308 Porque o suplente vai se tornar um conselheiro quando sair o conselheiro. E é assim que

309 a lei diz, que tem que ser escolhido pelo Fórum. Então, não tem outra forma de escolher,

310 não adianta o próprio Conselho dizer: "Não, nós queremos agora chamar fulano para

311 participar". Não pode. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Não é, o

312 Conselho não quer fazer isso. É juntamente com o Fórum, tá? Não é isso. A sugestão

313 que nós trouxemos foi do Prefeito nomear, já que nós não fomos nomeados. Nenhum de

314 nós aqui, não saiu a nomeação, que o Prefeito antigamente ele nomeava todos os

315 conselheiros. O pessoal lembra, os mais antigos vão lembrar da nomeação e está na lei:

316 "COMUI será composto", na 660, né, "composto por 17 membros com seus respectivos

317 suplentes para um mandato de 2 anos nomeados pelo Prefeito Municipal, de acordo com

318 o que segue". Munícipe, porque é morador de Porto Alegre, né, preferencialmente

319 idosos que representem as entidades não governamentais e comunitárias relacionadas

320 com idosos, eleitos por assembleia no Fórum. Todo o problema está lá naquele decreto

321 da 444. Aquele decreto normatizava a 444, que são os mesmos artigos que foram

322 alterados pela 660. O que aconteceu? Não foi feito o novo decreto de acordo com a 660,

323 mas usaram aquele decreto. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do**

324 **Município – PGM:** Elisiane, não precisa fazer um novo decreto. Ele pode ser alterado.

325 Só para ter uma ideia, até hoje na Lei Complementar 133, diz que estágio probatório são

326 de 2 anos e a Constituição passou para 3 anos faz mais de 20 anos. Isso, juridicamente

327 não tem problema nenhum. Se o decreto diz que são tantos e a lei mudou, e agora são

328 17, são 17. Claro que o ideal é alterar o decreto e atualizar para 17, mas não tem

329 problema, porque o que vale sempre é a lei. Então, assim, se o Prefeito não fez a

330 nomeação, aí é grave, tem que nomear vocês, tá? Isso é grave. Agora, pelo menos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

331 aqueles que são os representantes eleitos pelo Fórum têm que estar nomeados. Vocês
332 têm certeza que vocês não são nomeados? Como é que vocês estão trabalhando sem ter
333 nomeação? Vocês não têm nem a carteirinha de conselheiro? **Elisiane Albuquerque,**
334 **Asilo Padre Cacique:** Nada. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do**
335 **Município – PGM:** Isso é gravíssimo. Isso aí é caso gravíssimo, inclusive de crime.
336 **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Na época da SMGOV ele chamava lá no
337 Paço, nós íamos. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município –**
338 **PGM:** Não saiu no Diário Oficial isso? Como é que vocês começaram a trabalhar?
339 Como é que vocês estão no prédio dos Conselhos se vocês não têm nem uma carteirinha
340 que identifica vocês? Não tem nada? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria**
341 **Municipal de Governança Local – SMGOV:** Na realidade, a maior parte dos
342 conselhos não está tendo posse há muitos anos. **Cristiane Catarina Fagundes,**
343 **Procuradoria Geral do Município – PGM:** Não, posse não, mas nomeação no Diário
344 Oficial vocês não têm? **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:**
345 Procuradora, eu posso falar? Na verdade, eu quero retomar dois pontos. Primeiro,
346 quando nós fomos eleitos, no edital de eleição constavam os titulares com seus
347 suplentes indicados pelas OSCs. O que a gente discutiu na nossa última plenária foi que
348 esses suplentes que já foram indicados pelas OSCs no momento da eleição e que,
349 teoricamente, estariam já eleitos, porque foram eleitos junto com os seus titulares, esses
350 é que poderiam tomar posse, digamos assim, para nos substituir. Por quê? Porque eles já
351 passaram pelo processo de edital, de comissão eleitoral, que foi aprovada, só que eles
352 não tomaram posse porque se elegeu somente os titulares por CPF. Então, todas as
353 OSCs, que hoje estão compondo o Pleno, elas têm um conselheiro titular e um
354 conselheiro suplente, que foram indicados no momento do processo eleitoral. Talvez
355 seja mais fácil a gente conseguir fazer com que esses suplentes, já indicados pelas
356 entidades, pudessem compor o Pleno e aí com todas as suas atribuições quando o titular
357 não está, do que chamar pessoas alheias a todo o processo e aí eu falo do processo
358 eleitoral, do processo de conhecimento do próprio Pleno do Conselho. **Cristiane**
359 **Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Neli, uma pergunta.
360 Eu entendi que vocês são 17, tá? Me ajudem aqui. O Conselho são 17, 7 são da
361 administração. Acho que aí não tem problema, mas os 10 que são eleitos pelo Fórum...
362 **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Os 7 da administração pública têm
363 suplente. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

364 Mas esses não são escolhidos pelo Fórum. Esses o Prefeito escolhe. Não tem problema
365 o suplente. Porque se o suplente não estiver, olha aqui, dos 17, os 7 que são da
366 administração, se ele foi exonerado, se ele se aposentou, é só chamar um novo, porque
367 ele é funcionário público. Então, é só vir chamar outro. Esse não me parece que seja o
368 problema de vocês, tá? O problema são os 10 que são aqueles que foram os 10 titulares
369 com os 10 suplentes. Então, havia 20, 10 titulares e 10 suplentes. O que eu entendi até
370 agora é que vocês não têm mais essas 20 pessoas porque tem os 10 titulares, alguns até
371 assumiram, mas dos 10 suplentes, alguns não são mais, desistiram, não é isso? **Elisiane**
372 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Não. No último edital, a gente encaminhou o
373 titular e o suplente por instituição. Mas, o que foi falado? Não, os suplentes serão as
374 outras entidades, não serão os que vocês vão trazer. **Cristiane Catarina Fagundes,**
375 **Procuradoria Geral do Município – PGM:** Tá, mas quem disse isso? O Fórum?
376 **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Não, saiu aí da Secretaria. **Cristiane**
377 **Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Antes da escolha?
378 **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Sim. Antes da escolha. **Rochele Scott**
379 **Marinho Neves, SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:** Boa
380 tarde, gente. Duas coisas que eu vou trazer, eu vou botar aqui no chat a nomeação que
381 saiu do Prefeito, no Diário Oficial, de 18 de março, o Prefeito designando ali. Então, eu
382 vou botar, saiu, não teve o ato de posse, até era uma intenção que queria, mas de fato
383 não aconteceu a posse, a cerimônia aquela de posse do pessoal, isso não aconteceu. Mas
384 aconteceu a portaria. O que, bom, sobre a eleição agora, acho que para adiantar, e eu me
385 lembro, acompanhei bastante esse processo. De fato veio um edital, uma minuta do
386 edital para o representante do Fórum na época, e aí foi quando a gente encaminhou a
387 Procuradoria e aí vieram as orientações de que eles tinham alguns equívocos justamente
388 nesse sentido, principalmente nas questões dos munícipes, que eu acho que era o que a
389 Doutora Cristiane estava passando agora. Então, veio a orientação, que a votação seria
390 não a OSC, embora ali se representasse a OSC, mas ao munícipe, que os suplentes eram
391 os subsequentes mais votados e não o indicado, que está lá na manifestação. Então,
392 quem é que entrou como o suplente, que assumiu? Assumiu o munícipe mais votado
393 posteriormente, que era o que estava no dispositivo lá. Aí eu tenho que achar aqui o
394 parecer, a manifestação. Até posso botar na tela, só tenho que localizar agora o
395 processo, porque eu não sabia que a gente ia tratar dessa pauta. Então, que era o
396 suplente subsequente mais votado. Então, por isso que não é o subsequente indicado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

397 pela OSC, mas o município mais votado, ainda que ele seja indicado por uma OSC, que
398 foi o caso, eu acho, da Eunice, que entrou, desse pessoal. **Cristiane Catarina**
399 **Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Me desculpe interromper, mas
400 só para entender. E aí teve os 10 titulares e os próximos 10 eleitos pela ordem de
401 votação, esses próximos 10 houve, eles estão? **Rochele Scott Marinho Neves, SMDS –**
402 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:** Não, o que foi, foi subindo, me
403 corrijam, o pessoal do Conselho que está acompanhando agora mais de perto. Foram
404 subindo os mais votados, só que não tinha o suficiente. Tinha menos de 10. Essa foi
405 uma reclamação que o Conselho fez desde o início, de que poderia acontecer essa
406 lacuna. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** E a última suplente a ser
407 chamada pela vaga da Francine, que foi para outra instituição, ela deu uma negativa
408 hoje no e-mail dizendo que não vai poder assumir como conselheira do COMUI. Então,
409 hoje a sociedade civil está com nove pessoas. **Cristiane Catarina Fagundes,**
410 **Procuradoria Geral do Município – PGM:** Titulares ou nove suplentes? **Neli Miotto,**
411 **Bancos Sociais do Rio Grande do Sul:** Eu só queria retomar um ponto ali, se me
412 permite, por favor. Subiram as entidades mais votadas. No caso, hoje, por exemplo, que
413 a gente recebeu a negativa foi de uma município indicada pela entidade. Mas os
414 suplentes, os nossos suplentes não foram chamados. Esses não foram chamados e são
415 esses suplentes dos quais a gente está requisitando que eles participem. **Cristiane**
416 **Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Sim, entendi, eu
417 entendi perfeito agora. Então, no Diário Oficial tem a nomeação de 10 titulares e 4
418 suplentes. Aí o que acontece? Aqueles ali são os suplentes, aqueles quatro. Falta, são
419 muito poucos, né? Esses que vocês indicaram ou que a entidade indicou, esses eles não
420 foram eleitos. Isso já tem uma manifestação, isso é uma questão superada. Então, não
421 dá, não dá... Qual é a questão de vocês? Vocês precisam de suplentes, não é isso? Então,
422 vamos escolher esses suplentes, mas tem que escolher do jeito certo, do jeito que a lei
423 manda. Vai para o Fórum, o Fórum escolhe. É assim que a lei diz que tem que ser
424 escolhido, pelo Fórum. Mas de novo, assim, ó, se tem ali, ah, tem o fulano, que era o
425 meu suplente, não sei quê... Se candidatam ali e daí vão ser votados. **Elisiane**
426 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** É só fazer isso? É, porque nós não temos mais
427 nenhum suplente, não se tem nada. **Neli Miotto, Bancos Sociais do Rio Grande do**
428 **Sul:** É, mas a gente precisa abrir um processo de escolha, eleitoral, um processo, um
429 edital eleitoral para escolher esses suplentes. **Cristiane Catarina Fagundes,**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

430 **Procuradoria Geral do Município – PGM:** Sim, é um edital, vai ser um edital
431 complementar, tá? Não vai ser um edital de eleições, vai ser um edital complementar de
432 chamada de suplentes. A gente vai ter que criar isso. Por quê? Porque não tem mais
433 suplentes, é uma forma de auxiliar, porque, na verdade, não poderia fazer mais nada,
434 tinha que esperar até o próximo ano. Eu estou tentando achar uma alternativa para
435 ajudar a achar suplentes. Então, já é uma criação, a gente vai fazer toda uma justificativa
436 para tentar conseguir no meio do mandato chamar suplentes. Então, já é toda uma
437 criação, só que a criação vai ter que ser para fazer da mesma coisa que se fez, a mesma
438 coisa que era antes. **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** E posterior, nós
439 queremos alterar esse decreto aí, porque ficou desta forma está inviável. Tem que ser
440 organização, tem que ser instituição. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria**
441 **Geral do Município – PGM:** Tem que mudar a lei. Agora assim, munícipes continuam
442 representando entidades, entendeu? Então, continua podendo ser assim. Não tem
443 nenhum problema. E outra coisa, não é o decreto que precisa ser mudado, é a lei.
444 **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** A lei, nós conseguimos fazer como o
445 Conselho quer, como o Conselho conversou, alterando a lei, fazer uma lei nova,
446 certinha. O Conselho quer que seja respeitado seu regimento. Então, nós vamos fazer a
447 lei com as 10 OSCs e seus respectivos suplentes das OSCs. **Cristiane Catarina**
448 **Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Da mesma OSC? **Elisiane**
449 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Mesma OSC. **Cristiane Catarina Fagundes,**
450 **Procuradoria Geral do Município – PGM:** Então, tem que mudar, tem que convencer
451 a Câmara de Vereadores que é melhor ficarem poucas OSCs, que só poucos decidem
452 tudo, que isso é melhor. Vocês vão até os vereadores e escolhem. Agora, isso não é fazer
453 valer regimento, o regimento de vocês hoje está ilegal. Vocês têm que mudar é o
454 regimento, até que a lei mude, tá? Então, a lei é que tem que mudar. Vocês têm que
455 convencer o Prefeito a encaminhar o projeto de lei, porque não pode ser de iniciativa de
456 vereador e vocês têm que convencer os vereadores que é melhor que fiquem poucos e
457 que os mesmos fiquem nas 10 vagas. Isso é uma questão de decisão legal. **Sônia Rejane**
458 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Inclusive, pode até
459 aumentar o número. Em vez de serem 10, podem ser 15 OSCs, sei lá. Daí podem alterar
460 de acordo como entenderem, né? **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** É,
461 vamos fazer em dois momentos. Vamos conversar junto ao Fórum, vamos ter que
462 precisar também da sua ajuda ou do seu colega para fazer o edital complementar de

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

463 chamamento. **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município –**
464 **PGM:** Isso. Elisiane, só chamar de edital complementar para escolha de suplentes, no
465 processo SEI anexam, relaciona o processo da eleição anterior, chama de escolha
466 complementar, eleição complementar ou escolha complementar e anexa as quatro cartas
467 de desistência dos quatro suplentes, tá? Tem que ter eles assinando dizendo que não
468 querem mais ser suplentes. E aí tem que ter a necessidade. Nós temos a questão da Fran,
469 que era do Calábria, que ela foi para o Amparo Santa Cruz. Isso eu vou lhe perguntar
470 agora. Ela foi eleita como munícipe, ela continua numa OSC. Ela pode assumir com a
471 gente? Ela pode retornar? **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do**
472 **Município – PGM:** Ela pediu para sair? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária**
473 **Municipal da Fazenda – SMF:** Pediu. É que como ela representava a OSC “x” que ela
474 trabalhava, ela encaminhou um ofício ao Conselho dizendo: "Estou indo para outra
475 OSC. Então, eu entendo que estou desligada do COMUI". Ela se despediu do Conselho,
476 ela faz toda a movimentação avisando isso, está, consignado em ata de que ela deu um
477 tchau, dizendo: "Olha, estou saindo da OSC A e vou para a OSC B". A OSC B não
478 participou do pleito eleitoral, mas a OSC que ela então representava sim, ela foi eleita e
479 ela pode retornar? **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município**
480 **– PGM:** Não, ela foi eleita, pessoal, ela foi eleita. Ela que é eleita. Não interessa que
481 OSC que ela estava, em que OSC ela está. Ela foi eleita, a não ser que ela escreva
482 dizendo: "Quero abrir mão da posição de Conselho". Ninguém pode tirar ela dali,
483 mesmo que ela esteja em falta. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária Municipal**
484 **da Fazenda – SMF:** E ela faltando? Porque o que o regimento também diz? Neste
485 período ela faltou mais de três reuniões. Quando o que o regimento diz? Faltando três
486 plenárias, quatro plenárias, ela perde a cadeira. O que o Conselho fez? Chama o
487 próximo e aí o próximo dá negativa. Então, legalmente nós perguntamos, ela pode
488 retornar? **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:**
489 Sim, ela nunca saiu. Ela pode, porque tem que fazer o procedimento para sair. Ela não
490 entregou nenhuma justificativa ou foi pedido para ela. Você tem que ver o caso
491 especificamente, tem que ler o que foi dito por ela, o que foi dito na ata, para poder
492 saber exatamente quais foram as palavras usadas nessas trocas de e-mails, tá? Mas o
493 fato é que essa pessoa, a Francine, ela foi eleita, não é porque ela trocou de entidade que
494 ela vai deixar de ser eleita. A minha pergunta é a seguinte, pelo Diário Oficial tem 10
495 nomes titulares e tem 4 suplentes: Fátima, Odilon, Emir e Eunice, tá? Tem esses 4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

496 nomes. Então, precisa de uma carta desses quatro e da Francine, se ela quer sair ou não
497 quer sair, expressamente pedindo para sair ou o Conselho, fazendo a decisão de retirá-la
498 por falta não justificada. Agora, tem que ver como é que ela escreveu isso, porque se ela
499 escreveu o e-mail no sentido de perguntar e vocês não responderam, aí eu não sei como
500 é que é o caso dela, tá? Daí a gente pode ver exatamente o caso dela. O fato é que tem
501 que ter a demonstração para poder fazer a escolha dos suplentes, da necessidade. Então,
502 tem que estar faltando um realmente, senão, simplesmente porque não tem os quatro
503 suplentes, para abrir um procedimento de escolha é porque tem que ter necessidade
504 jurídica comprovada, tem que ter o documento demonstrando que está faltando um
505 conselheiro e que não há suplentes. Então, tem que resolver essa questão da conselheira,
506 essa pessoa, a Francine, para ver se ela quer, o que ela quer? Ela quer sair ou entrar?
507 Vocês querem o quê? Que ela saia? **Elisiane Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Nós
508 queremos que ela fique, ela é perfeita. Ela falou conosco em plenária, está nas atas. Ela
509 pediu para relatar, ela falou que estava trocando de entidade, e aí num momento a gente
510 ainda disse: "Não, Fran, fica porque tu vai continuar numa instituição que trabalha com
511 idosos, que é o Amparo Santa Cruz". Então, eu entendi perfeitamente, porque ela: "Ai,
512 eu estou chegando"; ela precisava se adaptar ao novo trabalho. Claro que depois nós
513 conversamos com o padre, ela conversou com o padre e o padre de lá do Amparo disse:
514 "Não, pode ir". Ele está de acordo, entende? Essa semana, semana passada, a Fátima
515 trouxe o fato para nós que ela quer retornar. Mas ela pode retornar se ela já fez a sua
516 manifestação de saída? Ela pode retornar ao Conselho mesmo com a quantidade de
517 faltas? Claro que falta não é, porque ela justificou a saída dela, né? Essa é a pergunta.
518 **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Se ela
519 justificou, ela fica. **Fátima Gicele Anflor Alves, Instituto Pró-Saúde – IPS:** Mas,
520 Doutora, assim, eu fiquei com uma dúvida, porque assim, ela se despediu dizendo que
521 não ia mais fazer parte e ela não compareceu mais, eu não vejo lógica ela ter ainda essa
522 cadeira. Não que eu não queira ela no Conselho, eu até quero muito que ela volte, mas
523 pelo meu raciocínio, não consegui entender, sabe? Porque para mim, legalmente, ela
524 teria perdido a cadeira. Porque legalmente está em ata, registrou e ela não apareceu
525 mais. E nesse meio tempo a suplente foi convocada, e a gente estava aguardando o
526 retorno da suplente que tinha sido convocada, que somente agora se manifestou, porque
527 já faz o quê, quase um mês que ela foi convocada. **Cristiane Catarina Fagundes,**
528 **Procuradoria Geral do Município – PGM:** Não, é que legalmente tem que ter um

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO – COMUI

529 documento formal dela abdicando e saindo, abdicando da vaga de conselheira. Uma ata
530 sozinha, não sei se é suficiente. Mas tem que ler o documento, se ela mandou um
531 documento, tem que ler a ata com o documento, só que é claro que ela precisa abdicar
532 da posição de conselheira formalmente. O fato dela se despedir, dar tchau para vocês
533 numa reunião, isso não traz nenhum efeito jurídico, tá? Não tem nenhum efeito legal a
534 pessoa dizer tchau, estou indo e depois não ir, né? Isso não gera nenhum efeito jurídico.
535 As pessoas falam o que querem falar. O importante é um documento escrito. Então, a
536 gente precisa de um documento por escrito. Ela tem uma cadeira, ela foi nomeada.
537 Enquanto não ocorrer uma das duas situações, ou ela escrever por escrito e assinar
538 abrindo mão da vaga, ou, segundo, o Conselho tomar a decisão que ela está fora por
539 causa das faltas. Enquanto não houver um desses dois movimentos por escrito, ela
540 continua. Então, ela não está voltando, ela nunca saiu. **Elisiane Albuquerque, Asilo**
541 **Padre Cacique:** Tá bom. Então, nós vamos ver esse edital complementar aqui.
542 **Cristiane Catarina Fagundes, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Elisiane,
543 tem que ter a necessidade, tá? Daí vem essa questão. Só vai dar para abrir quando
544 realmente for necessário um suplente, não precisa ser um suplente permanente. **Elisiane**
545 **Albuquerque, Asilo Padre Cacique:** Tá, nós vamos estar conversando e discutindo. A
546 gente já vai encerrar aqui, já que não deu para avançar, mas daí a gente vai estar
547 conversando como Conselho, para ver de que forma nós vamos poder fazer e conversar
548 com o Fórum. Tá bem?
549 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal do*
550 *Idoso, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº*
551 *225257/2003 – 1634 FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.*